11 E 12 MAR/2027
RECIFE/PE

LICITAÇÕES

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: DA IDENTIFICAÇÃO DA INFRAÇÃO À APLICAÇÃO DA PENALIDADE

CONHECIMENTO É PODER | CONHECIMENTO É PODER

Lei 14.133/2021, Lei 13.303/2016 e jurisprudência do TCU — procedimentos, dosimetria e decisões seguras

APRESENTAÇÃO

Quando uma irregularidade deve resultar em sanção? Quem pode ser responsabilizado? Como conduzir a apuração, assegurar o direito de defesa e definir uma penalidade proporcional?

Essas são algumas das questões que desafiam os profissionais envolvidos nas licitações e nos contratos administrativos. A aplicação de sanções é um importante instrumento de proteção do interesse público, de integridade das contratações e de melhoria da execução contratual, mas exige muito mais do que a simples constatação de uma irregularidade.

É necessário caracterizar corretamente a infração, individualizar a responsabilidade, reunir provas suficientes, assegurar o contraditório e fundamentar a escolha e a dosimetria da penalidade. Falhas nessas etapas podem comprometer a validade do processo e a efetividade da atuação administrativa.

Com uma abordagem prática, fundamentada na jurisprudência do TCU, este curso percorre todas as etapas da responsabilização administrativa, desde a identificação da infração até a aplicação da sanção, seus efeitos e a eventual reabilitação, examinando as particularidades das Leis 14.133/2021 e 13.303/2016.

O objetivo é preparar os participantes para distinguir o simples descumprimento de obrigações das infrações administrativas, conduzir apurações consistentes, enfrentar controvérsias jurídicas e construir decisões fundamentadas, proporcionais e juridicamente seguras.

OBJETIVOS

Ao final do treinamento, o participante será capaz de:

- Identificar e caracterizar infrações administrativas, distinguindo o simples descumprimento de obrigações das situações que justificam a instauração de processo sancionador.
- Conduzir a apuração e o processo administrativo, observando competência, produção de provas, contraditório, ampla defesa e motivação.
- Definir e dosar a sanção aplicável ao caso concreto, considerando a gravidade da conduta, suas circunstâncias e consequências e os critérios pertinentes a cada regime jurídico.
- Construir decisões sancionadoras consistentes, reconhecendo os principais riscos de nulidade e os parâmetros relevantes da jurisprudência.

11 E 12 MAR/2027
RECIFE/PE

LICITAÇÕES

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: DA IDENTIFICAÇÃO DA INFRAÇÃO À APLICAÇÃO DA PENALIDADE

PÚBLICO-ALVO

O curso é destinado aos profissionais da Administração Pública e das empresas estatais que atuam nas diferentes etapas das licitações, da gestão contratual e dos processos administrativos sancionadores, bem como aos profissionais do setor privado que se relacionam com essas contratações, com abordagem direcionada aos desafios específicos de cada função:

- Gestores e fiscais de contratos: identificar situações que exigem apuração, registrar ocorrências, produzir evidências e encaminhar irregularidades de forma a subsidiar adequadamente o processo sancionador.
- Pregoeiros, agentes de contratação, equipes de apoio e profissionais das áreas de compras e suprimentos: reconhecer possíveis infrações praticadas durante os procedimentos licitatórios, registrar as ocorrências e comunicá-las à autoridade competente.
- Membros de comissões processantes: conduzir a instrução, avaliar provas, assegurar o contraditório e a ampla defesa e elaborar relatórios consistentes, prevenindo nulidades.
- Autoridades competentes para aplicação de sanções: avaliar a responsabilidade, escolher a penalidade adequada e fundamentar sua dosimetria, construindo decisões proporcionais e juridicamente seguras.
- Assessores jurídicos, advogados e procuradores: examinar a regularidade dos procedimentos, identificar nulidades relevantes e avaliar a consistência jurídica das decisões sancionadoras.
- Auditores e profissionais dos controles interno e externo: avaliar a legalidade, a motivação e a proporcionalidade das sanções, identificando falhas e oportunidades de aperfeiçoamento dos procedimentos.
- Profissionais de empresas licitantes e contratadas, inclusive das áreas de integridade e compliance: compreender os riscos de responsabilização, prevenir infrações, conhecer o papel dos programas de integridade na dosimetria e na reabilitação, quando aplicável, e exercer adequadamente o direito de defesa nos processos administrativos sancionadores.

CARGA HORÁRIA: 16 HORAS
(durante 02 dias corridos)

11 E 12 MAR/2027
RECIFE/PE

LICITAÇÕES

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: DA IDENTIFICAÇÃO DA INFRAÇÃO À APLICAÇÃO DA PENALIDADE

DIFERENCIAIS

- Percurso completo de um caso sancionador: módulos organizados a partir das perguntas que surgem na prática, acompanhando o processo desde a identificação da infração até a decisão, seus efeitos e a eventual reabilitação.
- Abordagem integrada dos regimes sancionatórios: análise das Leis 14.133/2021 e 13.303/2016, com destaque para suas diferenças e particularidades.
- Jurisprudência aplicada: estudo dos entendimentos do TCU e dos parâmetros relevantes para a caracterização de infrações, a condução de processos e a aplicação de sanções.
- Perspectiva dos diferentes profissionais envolvidos: exame das responsabilidades e dos desafios enfrentados por gestores, fiscais, pregoeiros, comissões processantes, assessorias jurídicas, autoridades decisoras, órgãos de controle e empresas contratadas.
- Ênfase nas controvérsias práticas: discussão de questões relacionadas à tipificação, à responsabilidade, à produção de provas, às nulidades, à prescrição e à dosimetria.
- Análise de casos concretos: aplicação dos conhecimentos a situações que reproduzem dificuldades recorrentes nas licitações e na execução contratual.
- Decisões fundamentadas e proporcionais: apresentação de um roteiro estruturado para a escolha e a dosimetria das sanções, com atenção à motivação e à segurança jurídica.

ESPECIALISTA



KARINE MACHADO

Graduada em Direito, possui MBA em Gestão da Administração Pública. É co-autora dos livros Novo Regime Jurídico de Licitações e Contratos das Empresas Estatais – Análise da Lei nº 13.303/2016 e Terceirização – Legislação, Doutrina e Jurisprudência, ambos editados pela Editora Fórum, além da publicação Licitações & Contratos - Orientações Básicas, editado pelo Tribunal de Contas da União. Conteudista do curso "Prestação de Contas: Dever do Gestor, Direito da Sociedade", promovido pelo TCU. Palestrante de diferentes cursos nas áreas de licitações e contratos, convênios e tomada de contas especial. Instrutora do Instituto Serzedello Correa do TCU e de cursos de pós-graduação do Instituto dos Magistrados do Distrito Federal (IMAG-DF) e do Complexo de Ensino Renato Saraiva – CERS.

LICITAÇÕES

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: DA IDENTIFICAÇÃO DA INFRAÇÃO À APLICAÇÃO DA PENALIDADE

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Cada módulo é desenvolvido com base na jurisprudência do TCU e na análise de casos concretos

Módulo 1 — Houve uma Infração?

- Do descumprimento à caracterização da conduta
- Fundamentos do Direito Administrativo Sancionador
- Princípios e garantias aplicáveis
- A LINDB e o Direito Administrativo Sancionador
- Infrações do art. 155 da Lei 14.133/2021
- Regime das infrações na Lei 13.303/2016
- Atraso injustificado e multa de mora nos dois regimes
- Inexecução total ou parcial
- Ilícitos praticados durante a licitação
- Infrações também tipificadas como atos lesivos na Lei 12.846/2013: apuração e julgamento conjuntos (art. 159 da Lei 14.133/2021)
- Descumprimento contratual x infração administrativa
- Tipificação da conduta
- Dolo e culpa
- Excludentes de responsabilidade
- Previsão no edital, no contrato e no regulamento interno da estatal
- Direito intertemporal: aplicação dos regimes sancionatórios aos contratos celebrados sob a legislação anterior

Módulo 2 — Quem Deve Responder — e Pelo Quê?

Responsabilidade e individualização da conduta
Identificação do responsável
Pessoa jurídica e responsabilidade administrativa
Individualização da conduta
Nexo entre conduta e infração
Responsabilidade por atos praticados durante a licitação
Responsabilidade na execução contratual
Desconsideração da personalidade jurídica
Responsabilização de sócios e administradores: requisitos e limites
Produção das evidências necessárias

Módulo 3 — É Caso de Instaurar Processo Sancionador?

- Da ocorrência à decisão de apurar

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: DA IDENTIFICAÇÃO DA INFRAÇÃO À APLICAÇÃO DA PENALIDADE

- Antes de instaurar
- Papel do gestor e do fiscal
- Comunicação e registro da ocorrência
- Formação inicial da prova
- Juízo de admissibilidade e necessidade de apuração
- Saneamento da irregularidade e reparação do dano: efeitos sobre a apuração
- Medidas administrativas anteriores ou paralelas
- Consensualidade e soluções alternativas à aplicação de sanções: possibilidades e limites (art. 26 da LINDB)
- Relação entre extinção do contrato e processo sancionador
- Prescrição da pretensão punitiva nos dois regimes: termo inicial, causas interruptivas e suspensivas e consequências
- Instauração
- Autoridade competente
- Ato de instauração
- Comissão processante: quando é necessária?
- Impedimentos e suspeições
- Particularidades dos regimes das Leis 14.133/2021 e 13.303/2016

Módulo 4 — Como Conduzir um Processo que Resista ao Controle?

- Contraditório, provas e defesa
- Devido processo legal
- Procedimentos sancionadores conforme a natureza da penalidade: diferenças entre os regimes e exigências dos arts. 157 e 158 da Lei 14.133/2021
- Segregação de funções e limites à atuação dos agentes envolvidos na fiscalização, instrução e decisão
- Contraditório e ampla defesa
- Comunicação dos fatos e delimitação da acusação
- Citação e intimação
- Defesa
- Produção de provas, diligências e prova documental
- Alteração do enquadramento jurídico, fatos novos e necessidade de renovação do contraditório
- Acesso aos autos
- Revelia e seus efeitos
- Relatório da comissão
- Manifestação jurídica
- Motivação
- Autoridade competente para decidir
- Recursos, pedido de reconsideração e efeito suspensivo

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: DA IDENTIFICAÇÃO DA INFRAÇÃO À APLICAÇÃO DA PENALIDADE

- Nulidades: quando um vício efetivamente compromete o processo?
- Aproveitamento dos atos processuais

Módulo 5 — Qual Sanção Aplicar?
- Escolha da penalidade e dosimetria
- As sanções nos dois regimes
- Lei 14.133/2021: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade
- Lei 13.303/2016: advertência, multa e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar
- Quando cabe cada sanção?
- Cumulação de penalidades
- Dosimetria
- Gravidade da infração e peculiaridades do caso concreto
- Circunstâncias agravantes e atenuantes
- Danos causados à Administração
- Programa de integridade
- Antecedentes e reincidência
- Consequências práticas da decisão e circunstâncias do caso (arts. 20 e 22 da LINDB)
- Base de cálculo, limites e critérios de fixação das multas administrativas
- Proporcionalidade, razoabilidade e coerência decisória
- Motivação da escolha e da intensidade da penalidade

Módulo 6 — O Que Acontece Depois da Sanção?
- Efeitos, registros e reabilitação
- Alcance do impedimento e da declaração de inidoneidade
- Alcance da suspensão temporária na Lei 13.303/2016 em relação à entidade sancionadora
- Declaração de inidoneidade pelo TCU (art. 46 da Lei 8.443/1992) e sua relação com as sanções administrativas
- Efeitos territoriais e institucionais
- Contratos em vigor: uma empresa sancionada pode continuar executando contratos anteriormente celebrados?
- Participação em novas licitações
- Cobrança da multa: desconto em pagamentos, execução da garantia e cobrança judicial
- Registros e publicidade das sanções: CEIS, CNEP e sistemas cadastrais pertinentes
- Reabilitação no art. 163 da Lei 14.133/2021: requisitos, prazos mínimos e programa de integridade
- Duração, extinção dos efeitos e possibilidades de reabilitação no regime sancionatório das empresas estatais

LICITAÇÕES

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: DA IDENTIFICAÇÃO DA INFRAÇÃO À APLICAÇÃO DA PENALIDADE

INVESTIMENTO

R$ 3.990,00
(Três mil novecentos e noventa reais)

INCLUSO NA INSCRIÇÃO

- Material de Apoio: apostila, caneta, lápis, borracha e caderno;
- Certificado de capacitação e aperfeiçoamento profissional registrado em cartório (digital);
- 04 coffee breaks + 02 almoços;

DATA, LOCAL E HORA

11 E 12 DE MARÇO DE 2027
RECIFE/PE
Das 8h30 às 12h00 e das 13h00 às 17h30
Local em definição

A CON Treinamentos reserva-se o direito de cancelar, reagendar o curso ou trocar o palestrante, comprometendo-se a informar os inscritos o quanto antes. A empresa permanece isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: DA IDENTIFICAÇÃO DA INFRAÇÃO À APLICAÇÃO DA PENALIDADE

INSCRIÇÃO E PAGAMENTO

A inscrição poderá ser efetuada pelo telefone **(41) 3068-3858**, através do e-mail **contato@contreinamentos.com.br** ou pelo nosso site **www.contreinamentos.com.br**.

O pagamento deverá ser realizado em nome de CONNECTON MARKETING DE EVENTOS LTDA, CNPJ 13.859.951/0001-62 nos seguintes bancos:

Banco nº 001
Ag. 3041-4
C/C 125211-9

Banco nº 341
Ag. 0615
C/C 21708-0

Banco nº 237
Ag. 02037
C/C 0496760-7

PagSeguro

Boleto

Pronto para dar o próximo passo com a gente?

A **#CasaCON** acredita que o **conhecimento** tem o **poder** de transformar carreiras, vidas e (por que não?) o futuro do nosso país. Se você é tão apaixonado por aprender quanto nós, está no lugar certo! **Estamos aqui para acelerar seu desenvolvimento e ajudar você a alcançar novas conquistas com segurança e eficiência.**

Quero me inscrever agora!



Se preferir, entre em contato com nossa central de relacionamento:

(41) **3068-3858**
(41) **9 9514-1110**

contato@contreinamentos.com.br

Acompanhe nossas Redes Sociais:

@contreinamentos

CON treinamentos | #EU ME IMPORTO